



DOI: 10.12957/transversos.2022.64765

**A FAMÍLIA STEIGER: DIGRESSÕES OU REMINISCÊNCIAS
ESCRAVISTAS NO PÓS-ABOLIÇÃO? (BAHIA, 1860-1890)**

**THE STEIGER FAMILY: DIGRESSIONS OR SLAVE REMINISCENCES
IN THE POST-ABOLITION? (BAHIA, 1860-1890)**

Victor Santos Santos Gonçalves

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

victor.747@outlook.com

Resumo:

O objetivo deste artigo é abordar reflexões da família Steiger de Ilhéus sobre a escravidão da fazenda Victoria, antes, durante e depois da Abolição. Para isto, utilizaremos como *corpus* documental o livro *Mato Virgem*, a biografia sobre Ferdinand Steiger e a nota auxiliar sobre a *plantation* Victoria. Nossas balizas temporais percorreram as décadas de 1860 a 1890, através de uma microanálise das ideias de Ferdinand Steiger e outros membros dessa família sobre a escravidão, os escravos e libertos dentro desse contexto.

Palavras-Chave: Steiger; Bahia; Mentalidade; Abolição.

Abstract

The objective of this article is to address Steiger's reflections on the slavery of the Victoria plantation, before, during and after Abolition. To do so, we will use as documentary corpus the book *Mato Virgem*, the biography on Ferdinand Steiger, and the side note on the Victoria plantation. Our time frame spans the decades from 1860 to 1890, through a micro-analysis of Ferdinand Steiger's and other members of this family's ideas about slavery, slaves, and freedmen within this context.

Keywords: Steiger; Bahia; Mentality; Abolition.

1. Introdução

Numa noite tranquila e refrescante do verão de 1860, Ferdinand von Steiger conversava com o arquiduque Maximilian von Habsburg em Ilhéus. Lá estavam eles, sentados na varanda da casa-grande da fazenda Victoria – propriedade da família Steiger na região de Ilhéus, sul da província da Bahia –, ambos bem refestelados após se fartarem no jantar. Enquanto conversavam e tragavam charutos, a fumaça densa perpassava habilmente de um lado para o outro da varanda (HABSBURG, 2010: p. 148).¹ Mas, sobre o que eles falavam? Qual era o assunto? Melhor trazermos uma referência mais incisiva na qual o arquiduque relembra o seguinte:

Nosso tema eram os negros, a questão e a essência da escravatura. Quem poderia esclarecer-nos melhor o assunto do que o refinado europeu Steiger, aquele homem pleno de inteligência e vigor que construiu, desde já lá vão quinze anos, seu futuro e sua fortuna com o suor do rosto no seio da selva? (HABSBURG, 2010: p. 148)

Com essa declaração direta compreendemos que, Ferdinand e Habsburg estavam tendo uma conversa sobre os negros, tanto os da senzala da fazenda Victoria, quanto no geral. Este artigo visa investigar reflexões e conhecimentos da família Steiger sobre a escravidão, a escravaria da sesmaria Victoria, entre as décadas de 1860 e 1890. Para isto faremos uso dos aportes teóricos da micro-história tendo como repertório documental a obra *Mato virgem* do arquiduque Habsburg, além da biografia sobre Ferdinand Steiger e uma nota auxiliar administrativa da fazenda Victoria (GINZBURG, 2007: p.271-277; GINZBURG, 2006, p. 09, 16, 20, 26). Como ponto de partida a seguinte pergunta nos intriga: o que era essa “questão” e “essência da escravatura”? Vamos começar nossa investigação através dessa nebulosa pista, examinando a obra *Mato Virgem*.

O livro *Mato virgem* foi uma obra escrita por Maximilian Habsburg em 1860, na época em que ele era arquiduque da Áustria. Essa obra faz parte do conjunto de produções literárias de Habsburg, dentro dos seus relatos de viagem. Suas obras foram primeiramente publicadas pela Imprensa da Corte e do Estado de Viena, depois em 1867 também foi republicada por um editora da cidade de Leipzig, na Alemanha. O livro *Mato virgem* é o último, de uma coleção de 7 volumes. É uma narrativa de viagem que conta as impressões da visita do arquiduque pelo Brasil, em especial, pelo sul da província da Bahia no início de 1860. Trata-se de um livro que apresenta

¹ Na íntegra essa passagem foi descrita da seguinte maneira: “Depois do jantar, providos de aromáticos charutos, sentamo-nos na varanda para uma afável conversa, à qual o arguto espírito e a experiência de Steiger proporcionavam revigorante alimento; a noite era plácida e amena, reconfortando-nos com seu frescor.” (HABSBURG, 2010: p. 148).

uma descrição detalhada da visita de Maximilian a região de Ilhéus e, principalmente a fazenda Victoria e áreas adjacentes (HABSBURG, 2010: p.28-31).

A biografia de Ferdinand foi escrita por Albert Steiger – irmão do biografado –, na cidade de Marienberg datada de 1891. Aproximadamente, 4 anos após o falecimento de Ferdinand. É uma biografia que tem como fontes cartas pessoais trocadas por esses irmãos, entre 1855 e 1887, além de encontros pessoais entre eles e outros membros daquela família na Europa e em Ilhéus. Com isto, Albert criou também um imaginário acerca das vivências da família de seu irmão Ferdinand, que passou a viver em Ilhéus no sul da província da Bahia a partir da década de 1840 (BIOGRAFIE ZU F. STEIGER, 1891: p.01-14).

Em suma, essa biografia com grandes elementos de memória e homenagem, tentou resumir as principais experiências do patriarca Steiger ao longo de sua vida, tanto na Europa, quanto nos trópicos. Biografia essa organizada de forma cronológica, dando ênfase ao ciclo vital do personagem Ferdinand Steiger, especialmente, narrando suas peripécias no sul da Bahia do século XIX.

A *Nota* auxiliar sobre a plantation Victoria é um documento que resume as transformações materiais, econômicas e administrativas daquela fazenda, enquanto propriedade pertencente à família Steiger. Esse documento apresenta um marco temporal que reuni elementos administrativos daquela família entre 1850 a 1893 (PLANTATION VICTORIA, 1893: p.01-05). Essa *Nota* auxiliar foi escrita por Albert Steiger em 1893, dois anos após a conclusão da biografia de Ferdinand Steiger.

Portanto, elaboramos esta proposta coligindo fontes que nos ajudasse na reconstrução das percepções senhoriais sobre a vida dos escravos, libertos e seus descendentes depois da Abolição. Assim, selecionamos um conjunto de relatos senhoriais que abarcassem a temática da escravidão, com a finalidade de alcançarmos o caráter relacional dessa problemática. Importa-nos pensar, a construção dos estereótipos sobre os escravizados gerados pelos senhores de escravos. Aqui, em especial, tendo como fio condutor para o assunto os discursos fomentados pela família Steiger. Nisto reside a contribuição desse artigo que dá atenção a descrições senhoriais a respeito do fim da escravidão e seus desdobramentos. O nosso foco é realizarmos uma investigação a contrapelo, sobre como essas visões de mundo senhoriais estiveram presentes, nas experiências dos ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição no sul da Bahia.

Agora, após explicarmos nossas intenções, marcos temporais e recursos documentais neste artigo, devemos continuar acompanhando a conversa de Maximilian Habsburg com Ferdinand Steiger, na varanda da casa-grande da fazenda Victoria.

2. Médico de seus escravos

Após elogiar Ferdinand e suas façanhas na construção e manutenção da fazenda Victoria no meio da “selva” de Ilhéus, o arquiduque Habsburg sugeriu que:

Steiger fez estudos filosóficos a respeito dos negros escravos, analisando-lhes racionalmente o ser; o que lhe facilitou enormemente a tarefa foi o fato de se ter dedicado à ciência da medicina e ser ele mesmo o médico de seus escravos, exercendo até o papel de parteiro para as escravas. Por essa atividade, ele conseguiu um duplo acesso à vida dos negros, ganhando ao mesmo tempo uma enorme influência moral sobre essa mercadoria humana a ele confiada; por experiência própria, ele chegou à conclusão que todos os grandes fazendeiros têm que funcionar ocasionalmente como médico de seu numerosos escravos para manter sua influência. (HABSURG, 2010: p.148)

Na visão de Habsburg, Ferdinand Steiger estava em condições de explicar-lhe tudo sobre os negros, pois era um senhor completamente inteirado da “essência” da medicina aplicada aos negócios da escravidão. Entretanto, não podemos afirmar que o patriarca Steiger era realmente médico formado, ou tinha apenas arranhado aprendizados sobre o tema em manuais de época. De toda forma, consoante Habsburg, Ferdinand continuou sua explicação da forma seguinte:

Com uma lógica racional, respondeu a nossa pergunta se o negro seria mais uma pessoa do que um animal: ele é um autêntico ser humano, e isso porque pode gerar filhos com a raça branca, e esses filhos são igualmente capazes de procriar; pois na natureza pode acontecer que raças parecidas gerem um fruto, mas esses frutos permanecem estéreis, como os muare; essa fria e lógica dedução convence completamente. (HABSURG, 2010: p.148-149)

O que sabemos é que a racionalidade comparativa de Ferdinand, o havia deixado conclusivo de que os negros eram verdadeiros seres humanos inferiores.² Todavia, a ideia de um cientificismo sobre os seres humanos, dando ênfase a dados fisionômicos remontam, ao menos, do final do século XVIII na Europa. Essas análises iam da observação dos corpos, formas e traços, chegando até a investigações sobre os tipos de peles dos seres humanos. Dessas pesquisas se chegavam a conclusões científicas sobre a inteligência e os valores morais de diferentes

² Para uma noção sobre os discursos científicos, sobretudo epidêmicos e a respeito das características físicas, morais, habitacionais e políticas (monarquistas x republicanos) dos negros em perspectivas de superioridade e inferioridade das raças, no processo da imigração europeia para o Brasil do final do século XIX e início do XX ver, dentre outros (ALBUQUERQUE, 2009: p.141-182; CHALHOUB, 1996: p.78-95; FREYRE, 2003: p.196-198; RODRIGUES, 2000: p.31-37; SCHWARCZ, 1993: p.24-45).

populações. Esses cientistas com ideologias racistas aprimoraram suas concepções no século XIX, chegando ao ponto de publicamente classificar, hierarquicamente os diversos tipos de povos existente no planeta, em raças e origens distintas (KOUTSOUKOS, 2020: p.11-16).

Ao longo do século XIX, crânios humanos eram medidos com o intuito de indicar diferentes origens entre os seres humanos e, sobretudo, seus diferentes níveis de evolução. Já no primeiro quartel do século XIX, surgiram argumentos médicos e científicos que sugeririam publicamente que os negros seriam inferiores, moral, sexual e intelectualmente em relação aos brancos. Esses argumentos foram bastante utilizados, por senhores de escravos no sul do EUA na década de 1860, servindo como argumento contra o fim da escravidão (KOUTSOUKOS, 2020: p.11-22). Não tão distante disso, também eram similares os argumentos de viajantes estrangeiros como o arquiduque Habsburg e dos senhores de escravos do Império do Brasil, como os Steiger. Quicá, por isto, Ferdinand ainda incrementou seus argumentos racistas naquela conversa de varanda sugerindo que:

Os negros são criaturas humanas, mas da mesma forma está comprovado que, na escala das raças terrestres, eles se encontram em um estágio inferior; e os amigos da escravidão afirmam que, na ordem do mundo, eles nasceram para ser servos, e tranquilizam a consciência empedernida com o argumento da mística da maldição que teria caído sobre o perverso Cam. A necessidade indispensável da escravidão seria comprovada pelo fato de certos trabalhos só poderem ser feitos pelos negros, enquanto os brancos seriam incapazes de realiza-los; por exemplo, o cultivo dos canaviais sob o sol a pino, onde os brancos, além de não terem forças para isso, não aguentam as folhas da cana-de-açúcar, tão cortantes. (HABSBURG, 2010: p.149)

Em uma explicação direta Ferdinand afirmou que, os negros eram comprovadamente, “criaturas humanas” inferiores aos brancos. Nesses argumentos, os negros foram descritos como pessoas amaldiçoadas por descenderem de Cam e que, haviam nascido apenas para serem escravizados.

Cam é um personagem bíblico, filho de Nôe. Na história bíblica Cam teria sido amaldiçoado pelo próprio pai e acabou herdando uma condição de servidão perpétua sinalizada pela cor da tez negra. No século XIX essa história da maldição de Cam foi utilizada como justificativa para determinar as diferenças entre os seres humanos, especialmente, tendo o estigma da tez negra como signo da escravidão. No pós-abolição surgiria o discurso da redenção de Cam, ou seja, da superação da escravidão. Mas, o pós-abolição enquanto problemática histórica apresentaria ainda discursos pautados no racismo científico, na miscigenação e democracia racial como mecanismos civilizadores da sociedade brasileira (WILLIAMS, 2014: p.175-183).

Logo, a explicação de Ferdinand para o lugar social dos negros no Brasil do início da década de 1860, estava encharcada no debate de raça e trabalho da época.³ Essas questões se tornariam cada vez mais sensíveis, no irremediável descaminho do processo da Abolição e suas consequências para os ex-senhores de escravos. Sobre o trabalho Ferdinand confessou sua empedernida visão senhorial, de que a escravidão dos negros era “indispensável” a economia do Brasil.

Isso porque, na ótica dos Steiger, os negros possuíam características inatas para o trabalho nas lavouras de cana, cacau e café, especialmente por conseguirem labutarem sob sol a pino. Naquele ambiente de trabalho o negro estava adaptado, ou seja, era naquele quesito mais capacitado que o branco. Em suma, para a família Steiger, o negro era mão de obra feita sob medida para trabalhar na lavoura escravista de maneira perene.

De forma pragmática, continuou Ferdinand explicando ao arquiduque da Áustria a situação do negro naquela conjuntura. Sobre isto supôs o patriarca o seguinte:

O que acontece do outro lado do Oceano não é da competência do proprietário de escravos, não lhe interessam as razões, e ele só se preocupa com as úteis consequências. O roubo de seres humanos na África, a tremenda viagem transatlântica não são de sua responsabilidade; para ele, o negro é apenas um objeto cujo valor se avalia a partir do momento em que pisa o solo de seu território. Daí, não é sem lógica a observação que faz de que os negros, em condições normais de escravidão, são mais felizes do que os livres uma vez que os escravos libertos sucumbem. Mas, porque eles se acabam, sobre isso esses senhores não refletem. Eles sucumbem ou porque se desligam de suas relações sociais anteriores, por um crime de ordem moral, e passam a errar pela floresta como proscritos, fora da lei, dependentes de caças, e de roubos, induzidos pelas privações e furtos nas fazendas, caindo no vício da bebida; ou então porque a liberdade lhes é concedida de repente, e eles se vêem sem meios de subsistência, sem saberem levar uma vida auto-suficiente e, como crianças mal cuidadas, caem na preguiça e no vício. (HABSBURG, 2010: p.149-150)

Para aquele patriarca Steiger, os senhores de escravos não tinham nenhuma responsabilidade ou relação com que acontecia na costa da África. Consoante esse argumento de Ferdinand, o tráfico atlântico africano não era uma questão para os senhores de escravos.

Nesse período do início da década de 1860, o tráfico atlântico de escravos já havia sido extinto. Todavia, cogitamos que nesse diálogo Ferdinand Steiger estava fazendo um discurso de mea-culpa. Por que assim como muitas famílias senhoriais do Império, os Steiger também

³ Um balanço historiográfico que, abrange a importância das questões raciais para construção de identidades, solidariedade e conflitos e compreensão das ocupações sociais dos trabalhadores negros nos séculos XIX e XX e, apontou a tímida presença de estudos com perspectivas de gênero na história do trabalho (POPINIGIS; TERRA, 2019: p.311-321).

montaram suas escravarias a partir do tráfico transatlântico de escravos clandestino, que vigorou em Ilhéus de 1831 até 1857 MAHONY, 2001: p.103-105; RODRIGUES, 2000: p.127-142).

Vale assinalar que, já nas duas primeiras décadas do século XIX, os africanos traficados já eram assunto debatido no parlamento do Brasil. A partir da Lei de 1831 que proibiu a importação de africanos para aquele país, os traficantes de escravos passaram a serem declarados piratas, ou seja, criminosos. Foi nessa época que os traficantes aliados ao senhores de escravos, passaram a utilizar estratégias para burlar as autoridades policiais. Dentre essas estratégias constam os desembarques de africanos em portos clandestinos, afastados das urbes, ou seja, distante da fiscalização das autoridades públicas. Outro recurso utilizado foi o ensino da língua portuguesa aos africanos recém-chegados para que eles se passassem por ladinos. Esse último termo se refere ao africano acostumado com a língua portuguesa e adaptado a sociedade escravista do Brasil imperial. Enquanto vigorou o tráfico clandestino de africanos, os senhores compradores de escravos ficaram resguardados e inocentados, devido a permissividade do governo imperial na defesa da propriedade cativa ilegal. (CARNEIRO, 2019, p.3; CHALHOUB, 2012: p.36-43; GRINBERG; MAMIGONIAN, 2021: p.08-12; MAMIGONIAN, 2017: p.90-118)

Dos escravos que foram traficados para Bahia na primeira metade do século XIX, merece destaque aqueles oriundos do reino de Oyó e de guerras civis em áreas adjacentes. De Luanda e Benguela viriam outros tantos escravos traficados de forma ilegal nas décadas de 1830 e 1840 que, seriam desembarcados, principalmente, nas áreas costeiras das províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (CARVALHO; GOMES; REIS: 2017, p.16-25, 99-115). Assim, traficantes e senhores de escravos no Brasil e na África estiveram interligados no interesse de compra e recepção de escravos africanos ilegais. Portanto, para os senhores de escravos do Brasil importava muito a continuidade do tráfico atlântico, ou seja, o que acontecia nos diferentes reinos africanos gerava resultados diretos nas condições estruturais da escravidão no Brasil.

Todavia, no discurso senhorial dos Steiger, o negro era apenas um objeto, uma mercadoria, um bem-semovente, que só tinha valor, quiçá na hora da compra e venda. Em parte, o valor do escravo para esse senhor, apenas existia quando ele estava sendo comercializado no mercado de escravos, ou no momento em o escravo era comprado pela família Steiger e começava a trabalhar em suas fazendas. Depois desse argumento, Ferdinand sugeriu que os escravos eram mais felizes do que os libertos. Nesses casos dizia o patriarca Steiger, que isso acontecia porque o

escravo era um investimento que vivia sob os cuidados senhoriais, ao contrário do liberto que sucumbia por não saber viver em liberdade.

Na desmistificação da teoria da coisificação do cativo (como incapaz), Sidney Chalhoub pontuou que, os escravos tinham nas suas margens de autonomia, o direito a fazer escolhas que melhor lhes coubessem nas mais inusitadas situações da sobrevivência. Desse ponto de vista, os escravos agiam de acordo seus próprios valores e interesses, ou seja, atuavam segundo os ditames das suas experiências. Os escravos atuavam de forma consciente ainda que, dentro de racionalidades específicas, tendo por isso, em muitos casos, perspectivas próprias do que compreendiam como alforria, justiça, escravidão, liberdade, trabalho, direito. Com isto, os escravos se distanciavam das visões senhoriais, ao passo que portavam suas próprias visões do que entendiam como liberdade (CHALHOUB, 2009: p. 40-50, 96-98; CHALHOUB, 2003, p.174-200; LIMA, 2005, p.310-312).

Enquanto que, na percepção distorcida da realidade dos Steiger, os libertos eram incapazes de viver bem em liberdade, pois eles, por vezes, rompiam suas relações sociais, especialmente com os ex-senhores. Os libertos eram nessa ótica senhorial, um grupo social promotor de uma autodestruição porque de forma inconsequente se entregavam aos vícios da bebida, da preguiça e do furto. Nessa perspectiva carregada de ideologia senhorial os Steiger sugeriam que havia também situações em que os negros sucumbiam por cometerem crimes, se tornando verdadeiros foras da lei, pois a liberdade conseguida de forma repentina os deixava vulneráveis, sem condições alguma de levar uma vida autossuficiente.

Com o desenvolvimento do aparato criminal e policial ao longo do século XIX no Império do Brasil, as autoridades públicas tentaram criar diversas formas de normatização dos escravos, libertos e livres pobres. Na virada do período imperial para a fase republicana, a continuação desse padrão de controle dos corpos dos libertos através da prisão continuou. Para os ex-senhores de escravos, o fim da escravidão propiciaria a possibilidade da inversão da ordem, ocasionando o aumento da criminalidade, marginalidade e prostituição por parte dos libertos. As elites da Bahia, assim pensavam a tal ponto de projetar esse racismo tendo como argumento, a incapacidade dos ex-escravos de viverem sem a prevalência senhorial. Nesse contexto, os libertos passaram a ser vigiados e perseguidos e fichados fenotipicamente pelas autoridades policiais (FRAGA, 2014: p.155-167).

Das diversas escolhas e estratégias criadas pelos libertos da Bahia naquela época, se encontravam a manutenção ou retirada do sobrenome do senhor; a migração para outras localidades, em muitos casos, a ida para capital do estado baiano em busca de melhores condições de trabalho. Essas ações por parte dos ex-escravos possibilitavam a essas pessoas novas identidades, aumentando suas chances de se desvincular do passado escravista. O fim da escravidão havia sido um ato recente, ou seja, naquela sociedade ainda se avolumavam tensões e incertezas sobre uma possível volta da escravidão. No pós-abolição, ao contrário dos discursos senhoriais escravistas, os libertos continuaram a ter diversas ocupações, trabalhando para tocar seus projetos de vida. Isso refuta, a ideia senhorial de que, os ex-escravizados não tinham como viver longe da influência senhorial. Logo, os libertos já viviam experimentando a vida em liberdade e estavam relativamente preparados para ela (FRAGA, 2014: p.155-167).

Já para Ferdinand Steiger, a liberdade trazia para o liberto uma deficiência moral, sobretudo, por falta de educação. Sobre esse assunto ele declarou o seguinte:

Seja como for, dois momentos principais contribuem para a sua decadência: a perseguição, consciente ou inconsciente, por parte do proprietário de escravos, e a falta de todo e qualquer tipo de informação do caráter ou de educação. Se esses males pudessem ser abolidos, seria possível um futuro; pois os negros da Libéria são muito capazes e ativos. Infelizmente, é certo que, sob as atuais condições, a começar pelo Imperador, todos os homens pensantes são proprietários de escravos; e quase todos os negros libertados, em regra, acabam arrasando-se miseravelmente (HABSBURG, 2010: p.150).

Para completar, o patriarca Steiger disse que, se esses males morais e intelectuais dos libertos fossem sanados, o Brasil teria futuro, especialmente porque os negros da Libéria eram “muito capazes e ativos”. O queria dizer o patriarca Steiger com essa afirmação? O certo é que, Ferdinand tentou sugerir que os ex-escravos oriundos da Libéria – região específica da costa ocidental africana –, tinham um perfil diferenciado para o trabalho nas lavouras por serem “ativos”.

A Libéria foi uma colônia criada na década de 1820, por libertos e filhos de escravizados que saíram dos Estados Unidos em direção à África. Esses libertos fizeram parte de um movimento muito maior de viagem de volta à África, na época esses grupos de ex-escravos e seus descendentes passaram a serem chamados de retornados. Nesse processo de formação da Libéria foram surgindo projetos políticos e religiosos, que impulsionaram ainda mais os significados de ocupação da costa ocidental da África. Na Libéria esses processos de retorno dos ex-escravos e seus descendentes à África foram patrocinados por instituições filantrópicas, jornais dos EUA e

o próprio governo norte-americano (HALE, 1853: p.3; SOUZA, 2008, p.70-71). A ideia central dos patrocinadores das viagens de retorno era de que, os libertos e seus descendentes fossem repatriados ou melhor fossem deportados, para o continente africano (SOUZA, 2008, p.107-111).

Esse projeto das colônias norte-americanas visava para além da libertação e deportação dos ex-escravos, funcionar como principal medida legal para emancipação gradual.⁴ No entanto, nos Estados Unidos da década de 1830, a escravidão ainda persistia como perspectiva econômica predominante, especialmente no sul daquele país. Ali a escravidão teria sobrevida até o início da década de 1860, quando foi deflagrada a guerra civil americana (DRESCHER, 2011: p.418-420).

Sobre a mão de liberta para trabalhar nas fazendas os Steiger pensavam que os ex-escravos da Libéria seriam melhores. Quiçá essa visão senhorial estivesse amparada na impressão de que os libertos da Libéria haviam sido escravizados nas *plantations* norte-americanas. No sul do Estados Unidos, entre 1830 e 1860, terras e escravos eram as principais fontes de riqueza dos senhores daquela região, tendo o algodão com maior produto de exportação. Nessa época o sul dos Estados Unidos tinha uma das economias menos atrasadas do mundo, sendo o maior produtor de algodão com grande parte dos escravos trabalhando nesse tipo de lavoura (BERLIN, 2006: p.26; DRESCHER, 2011: p.420-423).

Essas informações sobre a economia escravista dos Estado Unidos devem ter incentivado aos Steiger a pensar nos ex-escravos da Libéria e seus descendentes, como trabalhadores mais aptos aos serviços de lavoura nos trópicos. Quiçá por isso, a família Steiger acreditasse que os libertos da Libéria seriam trabalhadores compulsórios mais industriais, do que os da sesmaria Victoria.

Ferdinand Steiger, após apontar que a mão de obra dos libertos da Libéria seria uma possibilidade de solução econômica para o Império do Brasil e, em especial, para sesmaria Victoria, passou a abordar a questão da continuidade da escravidão sobre outro ponto de vista. Ele tentou reorganizar melhor seu argumento final sobre o assunto, dizendo ainda que, o imperador D. Pedro II e os senhores de escravos estavam unidos e, comprometidos com a perseverança da escravidão no país. O que para os Steiger no começo da década de 1860 era um

⁴ No Brasil em contexto semelhante, também houve uma política repressora aos africanos, por vezes, com o real intuito da deportação dessas pessoas para África. (MAMIGONIAN, 2017: p.30-34; REIS, 2019, p. 18, 124-125; REIS, 2003: p.452-454).

ponto positivo, ou seja, para aquela família senhorial quanto mais durasse a escravidão, melhor seria para economia do país.

Na verdade, ao longo da primeira metade do século XIX, diversos grupos de africanos foram introduzidos ilegalmente no Brasil. Os senhores de escravos, governo imperial, funcionários públicos e parlamentares incentivaram uma espécie de direito costumeiro a impunidade que, legitimava a escravização ilegal de pessoas negras, fossem elas livres ou libertas. Ainda nas décadas seguintes do Brasil Império, foi notória a postura policial e outras autoridades públicas que referendavam que, ser negro se tornou sinônimo de ser escravo, ou seja, (re)escravização ilegal e liberdade precária estiveram nessa época diretamente imbricadas (CHALHOUB, 2009: p.23-56; GRINBERG; MAMIGONIAN, 2021: p.12-20; LIMA, 2005: p.,295, 310-312; MATTOS, 1987: p.1-4,111-129).

Naquela época, os escravos foram vedados do direito a educação, sem possibilidade de ter acesso a alfabetização. No final do século XIX, poucos foram os libertos e negros livres que puderam adquirir cidadania ou, simplesmente uma instrução primária (CHALHOUB, 2010: p.34, 39-40, 42-43, 57-58). Grosso modo, essas políticas senhoriais, eram as principais razões para os libertos experimentarem suas vidas de forma precária, em muitos casos, até mesmo após o fim do regime monárquico. No tópico a seguir explicaremos melhor a situação dos Steiger e dos trabalhadores da fazenda Victoria no pós-abolição no sul da Bahia.

3. “A morte”

O tempo foi passando e antes que viesse o 13 de maio de 1888, a fazenda Victoria já não contava mais com toda a força produtiva de sua escravaria. Essa última que, coletivamente abandonou aquela fazenda, por volta de 1886 a 1887. Naquele ano de 1887, aos 13 de maio Ferdinand Steiger teve subitamente problemas de saúde e acabou morrendo na cidade de Salvador. As fímbrias da “enorme influência moral” de outrora dos Steiger sobre a escravaria da fazenda Victoria estava agora, definitivamente cortada. Albert resumiu a trajetória da família Steiger de Ilhéus da seguinte maneira:

Fernando nunca se arrependeu da aquisição. Havia sim momentos difíceis como colheitas incertas que sucediam-se frequentemente de três a quatro anos seguidos, mas num ano bom ganhava-se novamente em dobro. Ele devia reforçar a sua energia, sua perseverança, sua agilidade na invenção de recursos instituições econômicas, mas estas qualidades ele possuía. Esteve muito doente, mas a febre mortal nunca tivera controle sobre ele. Ele tratava bem os seus negros e estes honravam-no e obedeciam a sua palavra. Sua esposa apoiava-o cheia de sensibilidade, entendimento e coragem, assumia o controle por meses inteiros sozinha e ele gozou de uma vida perfeita e feliz em família,

uma exceção rara no Brasil – quanto mais longa, mais respeitada e querida; condecorado através de concessão de medalhas e através de representações consulares da Suíça, Áustria e Prússia; o médico mais conhecido a quilômetros de distância, gratuito obviamente, liderava em suas fazendas – porque fundou uma segunda no meio da selva – a vida de um senhor independente no sentido total da palavra como um senhor feudal dinástico da idade média. A sua morte no ano de 1887, após ter sepultado a sua esposa amada sete anos antes, o poupou de vivenciar a incompreensível suspensão da escravatura sem indenização completa dos proprietários que ocorreu no ano de 1888 (BIOGRAFIE ZU F. STEIGER, 1891: p.04).

Aqui nessa passagem da biografia, Albert sugere que Ferdinand nunca se arrependeu de ter vivido e adquirido família nos trópicos. E que o patriarca Steiger como bom médico e fazendeiro conseguiu administrar suas safras de cacau e seus escravos, apesar das dificuldades econômicas da época. O que Albert tenta criar é uma memória perfeita sobre seu irmão e sua família. Para Albert, Ferdinand teria sido um vencedor, um herói que soube suportar todas as intemperanças da vida. Até as doenças não o derrubavam por completo.

Nessa perspectiva, a escravaria da fazenda Victoria tinha admiração por seu senhor, tratando ele com honradez e submissão. Era Ferdinand também apoiado por sua esposa Amélia que, administrava os negócios da fazenda, nos meses em que o patriarca viajava ou quando doente ficava acamado. Para Albert Steiger, seu irmão Ferdinand era um fazendeiro excepcional vivendo no Brasil, ou seja, só havia ele com essa trajetória de vida e perfil. Na abordagem de Albert, Ferdinand foi um médico bondoso, prestativo e gratuito, cuidando de todos nos arredores de Ilhéus, principalmente nas imediações do rio Cachoeira. Os falecimentos de Ferdinand e Amélia, na visão de Albert, ao menos ocorreu antes dos festejos do 13 de maio de 1888, ou seja, antes de expor o casal Steiger ao trauma da Abolição sem indenização dos ex-senhores de escravos.

Dito tudo isto, do ponto de vista da família Steiger, podemos agora nas linhas a seguir explicar esse processo de outro ângulo mais insurgente, ou seja, de ponta-cabeça. Na verdade, as relações entre a senzala rebelde e os Steiger estavam decadentes, especialmente, a partir do contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. Entre as décadas de 1870 e 1880 foi piorando, principalmente após o falecimento de Amélia Steiger, esposa de Ferdinand. Vale assinalar que a morte de Amélia deixou o patriarca Steiger e seus herdeiros em estado de luto por muito tempo. Outra questão foi que antes que o 13 de maio de 1888 chegasse, a configuração da fazenda Victoria já estava bem diferente daquela descrita por Habsburg em 1860.

A lei de 28 de setembro de 1871, resultado do chamado projeto Rio Branco foi marcada por uma acalorada discussão no parlamento e na imprensa entre liberais, conservadores, abolicionistas e escravistas. O epicentro de maior tensão estava na parte daquela lei que tornaria

livre os filhos das mães escravas, nascidos após sua promulgação. Todavia, mediante aquela lei, os senhores tiveram a garantia de indenização pela liberdade do filho ingênuo da escrava, nesses casos receberiam uma indenização no valor de 600 mil réis, ou poderiam se valer da tutela dessas crianças até que completassem 21 anos de idade. Por outro lado, a Lei do Ventre possibilitou aos escravos o direito a formação de pecúlio, legalizando a possibilidade dos cativos pagarem suas alforrias aos seus senhores à revelia da vontade senhorial. Os senhores foram obrigados a alforriar forçosamente seus escravos, especialmente por preços que foram regulamentados pelo Estado imperial, ora através de petições de arbitramentos judiciários, ora pelos recursos do fundo de emancipação (BRITO, 2003: p.43-56; CASTILHO, 2014: p.17-32; CHALHOUB, 2003: p.164-187, 230-239; LIMA, 2005: p.301-302; MENDONÇA, 2001: p.24-25,29-30, 53-71; POPINIGIS, 2016: p.650-652, 660).

Todos esses direitos se avolumaram na década de 1880 a outras estratégias de liberdade promovidas por escravos, libertos, livres, abolicionistas. Dentre essas possibilidades de enfraquecimento da escravidão vieram a fugas coletivas e individuais de escravos das fazendas e nas cidades. Vale mensurar que essas tendências de fugas cresceram, bem no contexto da lei Saraiva-Cotegipe de 1850 que, tentava conter a alforria de escravos idosos, fazendo com que eles prestassem serviços aos seus senhores mesmo após a liberdade. Nesses casos, escravos sexagenários deveriam trabalhar para seus senhores, obrigatoriamente por mais três anos, ou seja, mesmo na condição de libertos deveriam permanecer na companhia dos ex-senhores, prestando-lhes serviços (CHALHOUB, 2009, p.219-220; FRAGA, 2014: p.94-112; MENDONÇA, 2001: p.25-30, 43-47).

Os últimos anos da escravidão foram marcados por disputas entre escravos, senhores, libertos, ex-senhores, autoridades públicas, abolicionistas, em torno das diversas noções de liberdade, trabalho e cidadania. Os libertos deveria possuir no máximo uma liberdade limitada, deveriam ser protegidos na visão de parlamentares e autoridades públicas tanto liberais, quanto conservadores. Por essa ótica, os ex-escravos seriam incapazes de usufruir de sua liberdade de forma plena, por terem vivido na escravidão e através dessa experiência terem adquirido deformações sociais e morais. Nessa mesma época, já havia sido estruturada uma variedade de relações de contrato de trabalho que apresentavam múltiplas tendências influenciadas pelos laços da escravidão, com traços de autonomia e restrições de liberdade. Assim, para intelectuais como

Rui Barbosa, o liberto só poderia experimentar uma cidadania vigiada, tolhida, restrita (GOMES, 2011: p.16-33; LIMA, 2005: p.298-299, 303-308; MENDONÇA, 2001: p.31-42).

Quando adveio o 13 de maio de 1888, o país se dividiu entre euforia e tensão, colocando em oposição libertos, ex-senhores, parlamentares, abolicionistas, escravistas, monarquistas e republicanos. Aos libertos viria ser colocada, oficialmente uma linha tênue que, alicerçava o encaminhamento para uma cidadania manca, ora exclusiva do trabalho compulsório e mal remunerado, ora da vigilância e perseguição policial no auge dos discursos raciais de inferioridade, preguiça e vadiagem que foram atribuídos ao negros naquele período (FRAGA, 2014: p.161-167; GOMES, 2011: p. 16-33; LIMA, 2005: p.292; MENDONÇA, 2001: p.15-22, 30-43; SANTANTA, 2018: p.73-81).

Na Bahia, no contexto da Abolição e estruturação da República houve, por certo, uma tentativa de ressignificação do que as autoridades públicas, intelectuais, republicanos, monarquistas ressentidos, tinham do que foi a “emancipação” dos escravos. Os libertos, ainda nesse período, eram vistos por esses grupos dominantes como “raça emancipada”, ou seja, incapaz de participar diretamente das decisões políticas do país. Inegável que grande parte dessas concepções senhoriais ainda preconizassem a exclusão dos libertos da vida pública baiana. Ali, na Bahia daqueles tempos, ainda era pública a manifestação de agentes do Estado, já republicano, tentando de sobremaneira ignorar a participação dos negros na formação da República. Ao seguir essa lógica Rui Barbosa e seus correligionários, tentavam dissimuladamente afirmar que a escravidão havia legado vítimas sociais, como os libertos. Esses últimos representavam “a raiz” da limitação para que o país se civilizasse. E, isso, ficava evidente, nas pressões políticas da época, candentes em restringir a cidadania aos trabalhadores negros (ALBUQUERQUE, 2009: p.183-194). Explicitado isto, retornemos a fazenda Victoria no contexto do pós-abolição.

4. “La benção senhor yoyo”?

A fazenda Victoria apenas conservou 3 ou 4 negros, entre as pessoas da casa e uma dúzia entre os trabalhadores, e assim pôde, graças às suas antigas plantações já produzindo cacau, manter-se durante a crise. Desde então, foi possível encontrar trabalhadores, pagando-lhes um franco e meio por dia, mais a comida. No primeiro momento, os negros não queriam trabalhar para quem quer que fosse. O governo deu-lhes terras de graça nas florestas virgens, onde esses negros faziam pequenas plantações e viviam contentes. Uma medida pela qual Vitória foi capaz de obter e manter trabalhadores, foi o estabelecimento de uma espécie de loja para os negros, onde se encontravam por lá ferramentas esfregões, adornos pessoais, produtos alimentícios que esses grandes “sujeitos” tanto prezam, onde sem o qual eles encontrariam a grande distância, a preços caros, na cidade, com mercadores que os enganavam. Eles também vêm a Vitória para

trazer seu cacau bruto, que é comprado deles e depois secado nas usinas da sesmaria (FIGUEIREDO, 2021: p.236; PLANTATION VICTORIA, 1893: p.02-03).

Em 1890, Albert Steiger, contou que o plano da família Steiger era de se manter através da mão de obra dos ex-escravos e seus descendentes ingênuos no pós-abolição. Entretanto aquele plano fracassou, especialmente quando a senzala rebelde coletivamente abandonou a propriedade anos antes do 13 de maio de 1888. Assim, quatro décadas após a “afável” confabulação de Ferdinand e Maximilian (Habsburg) tratando da “essência da escravatura” ter ocorrido, os trabalhadores negros ainda eram um tema premente na fazenda Victoria.⁵

Agora, no pós-abolição o problema era que não havia mais escravaria naquela antiga sesmaria, apenas duas dezenas de trabalhadores libertos que ali permaneceram. E que a família Steiger de Ilhéus estava sobrevivendo a crise do fim da escravidão porque os outrora escravos daquela fazenda haviam trabalhado sob sol, chuva, ora calor, ora frio plantando cacauzeiros. Os libertos que por ali ficaram, ou que próximos permaneceram nas circunvizinhanças do arraial do Banco da Vitória, foram a mão de obra cooptada para trabalhar para os herdeiros Steiger mediante pagamento (RODRIGUES, 2017: p.61-63, 69,115-116).

No final do século XIX, o arraial do Banco da Vitória tinha apenas poucas ruas. Todavia, naqueles arruados começaram a se desenvolver armazéns de cacau, nas adjacências do Porto do Jenipapo, foram erguidas casas de morada e comerciais. Dos portos do Banco da Vitória e de Ilhéus saíam as embarcações a vela que escoavam a produção de cacau para Salvador (FILHO, 1959, p.68). Naquele tempo o Banco da Vitória tinha uma relevância econômica para aquela região, atraindo ex-escravos e seus descendentes, ao passo que libertos – provavelmente da sesmaria Victoria – tentaram se fixar no lugar chamado Alto Santa Clara que ficava nas proximidades daquele arraial. Mas, esses ex-escravos acabaram sendo expulsos pelos herdeiros Steiger (RODRIGUES, 2017: p.61-63, 69,115-116).

O final do Império do Brasil e a promulgação da República foi um período marcado por diversos conflitos entre libertos e ex-senhores. Nos dias que antecederam o 13 de maio de 1888 e, sobretudo, nos meses seguintes os escravos e libertos se negaram a prestar serviços aos ex-senhores (ALBUQUERQUE, 2009, p.98-120, 134-139; FRAGA, 2014: p.119-130).

Em outros casos as famílias libertas permaneceram nas propriedades, devido à falta de condições materiais para migrar para outras fazendas e lugares. Os ex-escravos que permaneceram

⁵ A expressão “afável” foi descrita por Maximilian, ao qualificar o diálogo que teve com Ferdinand na varanda. Esse episódio foi referenciado no início desse tópico (HABSBURG, 2010: p.148).

nas fazendas escolheram trabalhar como lavradores, agregados, meeiros ou jornaleiros para os ex-senhores, contando com direitos a roças, pagamentos e até mesmo com a divisão da produção com os patrões (RIOS, 2005, p.234-239).

Outra estratégia utilizada pelos libertos foi poderem se valer de suas condições de mobilidade espacial, ora escolhendo viajar para buscar melhores condições de trabalho, ora mudando até mesmo de ocupação em outras fazendas ou até migrando para áreas urbanas (FRAGA, 2014, p.307-308,315-321; PIRES, 2009, p.259; COSTA, 2020, p.113, 132). Em alguns casos, devido a falta de mão de obra os ex-senhores buscaram cooptar além de libertos, estrangeiros pobres, colonos nacionais, dentre outros tipos de trabalhadores (MATTOS, 1998, p.327-331).

Dos libertos que saíram da fazenda Victoria no pós-abolição alguns passaram a trabalhar como roceiros em lotes de terra da família Rebouças. Nas adjacências do Banco da Vitória foi fundada uma comunidade de descendência negra chamada União. A União foi fundada em terras doadas pelos Rebouças, quiçá como forma de atrair os ex-escravos da sesmaria Victoria e de outras fazendas vizinhas, para trabalharem em suas fazendas de cacau.⁶

Naquela época, os libertos da sesmaria Victoria passaram a receber pagamentos de 1,5 mil réis pelo dia trabalhado, além de terem acesso a moradia e alimentação por conta dos patrões. Na verdade aqueles trabalhadores já recebiam pagamentos por seus serviços nas décadas de 1870 e 1880.

No sertão baiano entre as décadas de 1860 e 1880, por exemplo, grande senhores de escravos passaram a ter despesas advindas de pagamentos feitos a trabalhadores, quer fosse por jornais, quer por tarefa (DANTAS, 2007, p.184-186). E, no pós-abolição, esses valores pagos pelos ex-senhores ganharam novo dinamismo devido à concorrência pela mão de obra liberta migrante do norte da Bahia, Sergipe e Alagoas, dentre outros grupos que viriam a procura de trabalho no sul da Bahia (FRAGA, 2014, p.310-311,321-322).

Todavia, houve de imediato na visão ex-senhorial dos Steiger, o inconveniente desejo dos libertos e negros livres – que ali, nas proximidades do Banco da Vitória continuaram a viver nas margens do rio Cachoeira – de teimarem em não querer trabalhar para os patrões Steiger.

⁶ Em 1970, essas terras foram legalmente registradas como pertencentes aos moradores da União (RODRIGUES, 2017: p.61-63, 69,115-116).

Esses trabalhadores negros, passaram a prestar serviços a outros fazendeiros, posseiros; outros foram se ocupar da pesca no rio Cachoeira.

Na verdade, as escolhas daqueles trabalhadores negros variaram, alguns até foram tentar a sorte pedindo terra ao governo baiano ou se arriscando como posseiros nas terras da família Steiger, bem no limite do Banco da Vitória (CRUZ, 2014: p.34-48, 52-55). Aqueles trabalhadores também tiveram acesso a crédito na loja/barracão da família Steiger, podendo ali comprar alimentos, ferramentas e outros artigos.⁷ E ainda houve aqueles que passaram a revender seu cacau aos herdeiros Steiger que, tinham como líder familiar naquele contexto Fernando Junior, o mais velho dos filhos. Contou Albert que, nos anos seguintes ao fim da escravidão, as relações das famílias libertas com os ex-senhores passaram também a ocorrer da seguinte forma:

Os negros da sesmaria continuaram, após a libertação deles, a se nomearem segundo seu mestre de outrora, cujo seja Steiger se Fernando para a fazenda Victoria. Eles mantem também o hábito de reencontrar o antigo senhorio, se ele for bem visto por eles, e mandar uma saudação de bênçãos – “La benção, senhor Yoyo! Fernando também conservou junto aos negros seu título de Yoyo, tal como sua virilidade de senhor (PLANTATION VICTORIA, 1893: p.04).

Consoante as afirmações de Albert, os trabalhadores libertos que permaneceram na fazenda Victoria nos primeiros anos do pós-abolição continuaram a se denominar Steiger. Esse grupo de trabalhadores passou a se valer do sobrenome dos ex-senhores para se autoprotegerem da espoliação de outros fazendeiros daquela região, durante as prestações de serviços como jornaleiros ou sazonais (FREITAS, 2001: p.014-108). E, para manter o uso do nome Steiger e seus laços de recursos emergenciais e protetivos, em certo grau, aqueles trabalhadores tiveram que reconfigurar as deferências aos ex-senhores, chamando Fernando Junior e, provavelmente os demais herdeiros também de “Yoyo” (FRAGA, 2014: p.158).

Entretanto, essa deferência dos trabalhadores libertos da fazenda Victoria com os ex-senhores, já não era mesma de década anteriores. Quando o patriarca Steiger veio falecer em 1887, só havia restado naquela sesmaria pouco mais de uma dezena de trabalhadores. Nesse período o filho herdeiro Fernando Steiger Junior estava administrando a sesmaria Victoria e todos os negócios dos Steiger. Ele era de outra geração de herdeiros escravistas, pois havia nascido no auge da hegemonia senhorial dos anos de 1850 no Império do Brasil (CHALHOUN, 2003,

⁷ A principal função do barracão comercial era ampliar os laços de dependências entre os trabalhadores e os fazendeiros da zona cacauífera do sul da Bahia. Funcionou o barracão como uma forma de endividamento daqueles trabalhadores, sendo uma fonte de renda adicional para os patrões, principalmente devido a carestia dos produtos ali ofertados (FREITAS, 2001: p.108).

p.17-23). Junior chegou a fase adulta na década de 1870, passando a acompanhar junto aos demais membros da sua família, o processo de decadência senhorial com a perda da força moral sobre a senzala da fazenda Victoria.

Portanto, Fernando Junior já não conservava o *ethos* senhorial de seu pai. Além disso, o fim da escravidão gerou muitos prejuízos econômicos aos empedernidos senhores baianos que eram apegados as posses cativas, e no sul daquela província não foi diferente (BARICKMAN, 1999, p.178,192-200, 228-229); FILHO, 1959, p.64). Nos primeiros anos após o 13 de maio de 1888, os ex-senhores Steiger passaram apertados e perderam a maioria dos trabalhadores libertos daquela sesmaria que passaram a se empregar em outras fazendas da região. Quiçá, aqueles ex-senhores tenham permitido aos libertos da sesmaria Victoria fazer uso do sobrenome Steiger, como forma de se reaproximar daqueles ex-escravos.

Antes de colocarmos nosso argumento conclusivo, achamos prudente deixar mais cristalina a “questão” que tentamos problematizar neste esboço crítico. Para isto vamos trazer uma colocação de Albert Steiger, descrevendo a paisagem e as benfeitorias da fazenda Victoria dois anos após o 13 de maio de 1888. Narrou Albert o seguinte:

A Victoria mesma se encontra numa elevação junto ao rio. Daqui é possível ver a sua margem; normalmente ela desaparece sob as árvores que pendem para dentro d'água. Ao lado da casa-grande encontram-se outras moradas para hóspedes, feitores ou doentes. Seguem-se os engenhos, ou seja, os diferentes moinhos, prensas, trituradores, etc. Seguem-se os engenhos, ou seja os diferentes moinhos, prensas, trituradores etc. os compartimentos para os produtos e ferramentas. A série de cabanas localizada ao lado para os negros encontram-se agora quase desabitada, ou ocupada somente por uns poucos diaristas temporários (BIOGRAFIE ZU F. STEIGER, 1891: p.13).

Ao que sugere Albert, ainda nos primeiros anos do pós-abolição a fazenda Victoria parecia em sua estrutura, praticamente a mesma dos flagrantos do arquiduque Maximilian von Habsburg. Do rio Cachoeira a casa-grande e seu complexo (morada, saúde e produção), todas as benfeitorias aparentavam estar no mesmo lugar ainda. Entretanto, as senzalas já não estavam abarrotadas de trabalhadores negros como nas décadas de 1860 a 1880, muito pelo contrário, aquelas moradias estavam “quase desocupadas”, mantendo apenas “poucos” trabalhadores que negociavam sua diária com os patrões Steiger. Esses últimos, pareciam agora negociar com os trabalhadores negros, tempos específicos de afazeres, ou seja, acertando apenas arranjos de trabalho sazonais em sua grande maioria.

No pós-abolição no sul da Bahia, enquanto durasse a colheita das safras de cacau havia trabalho temporário, empregando grande contingente de mão de obra. Após essa fase, a demanda

por trabalho caía bruscamente, fazendo com que aquela zona produtiva, sazonalmente acolhesse trabalhadores e também estimulasse migrações, especialmente pela limitada possibilidade de fixação da mão de obra nas fazendas da região.

Isso estimulava os discursos dos fazendeiros de Ilhéus e demais localidades do sul do estado da Bahia, sobre a perene falta de mão de obra que atrapalhava o desenvolvimento da lavoura cacaueira. A flutuação de mão de obra naquele período, tinha relação direta também com as precárias condições de trabalho, especialmente pela carestia da moradia e alimentação nas fazendas. O salário dos trabalhadores nas fazendas de cacau não conseguia competir com o preço dos alimentos e das condições de sobrevivência sob constante ameaça, ora através do endividamento devido ao crédito no barracão, ora da dispensa dos serviços por qualquer crise nas safras.

Temos nesse contexto inicial do pós-abolição na fazenda Victoria elementos no comportamento e na relação dos ex-senhores e dos libertos, com traços de um passado recente da escravidão, e outros de mudanças. Com o fim da escravidão os trabalhadores libertos, passaram a exigir salário e não mais amealhar pecúlio pelos seus jornais ou serviços temporários. Alguns libertos da sesmaria Victoria continuaram utilizando o sobrenome Steiger, mas agora para se colocar dentro das condições básicas de cidadania, que foram fixadas no início da República. Os libertos passaram a utilizar o sobrenome dos ex-senhores no pós-abolição, como recurso estratégico para se proteger e melhor tocar a vida nos arredores de Ilhéus. Os libertos que resolveram permanecer na sesmaria Victoria naquele contexto, negociaram com os Steiger a possibilidade de se alimentar e até residir na senzala desativada, por conta dos ex-senhores. Tiveram também aqueles libertos condições de migrarem para outras fazendas e roças daquela região, a procura de melhores trabalhos e de sobrevivência na lavoura cacaueira.

5. Considerações finais

Vimos que daquela conversa entre o arquiduque Habsbug e o patriarca Steiger na varanda da casa-grande da sesmaria Victoria, muito foi dito sobre a visão senhorial na década de 1860. Observamos que das memórias dos Steiger sobre a escravidão, a ideia de que os cativos eram indivíduos inferiores, e que sem seus proprietários nunca seriam felizes ou conseguiram se firmar na vida, era uma falácia senhorial. Quiçá, um leve sinal do enfraquecimento moral dos senhores sobre suas escravarias.

Nas décadas seguintes, as tensões para o fim da escravidão iriam gradativamente corroer a força moral dos senhores, e os escravos que eram vistos como extensões dos braços dos Steiger, começaram a se rebelar mediante o avançar das leis emancipacionistas e com acirramento das campanhas abolicionistas. Mediante essa conjuntura, os Steiger chegaram a década de 1880, com diversos problemas administrativos, dentre esses a perda dos principais membros – mortes de Amélia e Ferdinand –, além do abandono coletivo da senzala da sesmaria Victoria dois anos antes do 13 de maio de 1888. Durante esse período as famílias de escravizados e libertos daquela fazenda, que antes eram vistos apenas como bens semoventes e humanamente inferiores ao homem branco e até a outros negros como os da Libéria, passariam a ser vistos como a única mão de obra compulsória disponível no 13 de maio e nos dias seguintes a Abolição. Entretanto, de imediato, os libertos daquela fazenda, em sua maioria, se negaram a prestar serviços aos ex-senhores. Apenas poucos libertos permaneceram na sesmaria, mesmo assim mediante condições de pagamento pelos dias trabalhados e direito à alimentação, vestimenta e moradia por conta dos patrões Steiger.

Com o passar do tempo, os libertos foram renegociando novas formas de trabalho com os Steiger, alguns prestando serviços sazonalmente; alguns foram morar no arraial do Banco da Vitória, passando a viver como roceiros, artífices ou pescadores; outros libertos se tornaram lavradores e passaram a levar suas amêndoas de cacau para secar nos secadores da sesmaria Victoria, especialmente em tempos de chuva. Esses mesmos libertos negociaram após a secagem a venda do cacau para aqueles ex-senhores. Portanto, os libertos da sesmaria Victoria foram herdeiros de experiências de trabalho que combinaram tendências que ora remetiam as últimas décadas da escravidão, ora com traços de mudanças, especialmente, após o abandono coletivo da senzala sob o impulso dos discursos abolicionistas, dos efeitos do 13 de maio de 1888 no Império e da proclamação da República. Essa última passando a portar novas expressões nas relações de trabalho como, por exemplo, empregados e patrões. Foi nessa mesma época que aqueles libertos daquela fazenda, passaram a buscar através das escolhas de migração, melhores chances de receber melhores salários nas fases de colheita da lavoura cacaueira. Entretanto, esses libertos e suas famílias, também passaram mais apertos econômicos e de sobrevivência nos tempos de entressafra. E foi assim, dentre outras formas, que os libertos da sesmaria Victoria adentraram a República, concorrendo com outros grupos de trabalhadores por melhores salários e novas condições de sobrevivência.

Referências

Documentação

FIGUEIREDO, André Paiva de. *O Barão de Mato Virgem*. São Paulo: UICLAP, 2021.

HABSBURG, Maximilian von. *Mato virgem*. 1ª ed, Ilhéus-BA: Editus, 2010.

STEIGER, Albert. *Biografiezu Ferdinand von Steiger*. 1891. 14 f. FA von Steiger (weiss), [provisorisch Nr. 1a], Burgerbibliothek Bern.

_____. *Plantation Victoria – Note a ajouter a La Biografie de Ferdinand*. 1893. 05 f. FA von Steiger (weiss), [provisorisch Nr. 1a], Burgerbibliothek Bern.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Tradução Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: 1870-1888*. 1ª ed., Salvador: CEB, 2003.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M; GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASTILHO, Celso Thomas. “Já é lei no Brasil nascer-se livre!”: politização da lei de 1871 em Pernambuco. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.17-34.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*. Campinas-SP: n.19, 2010, p.33-62.

_____. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene... (et. al.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. 1ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p.23-62.

_____. *Machado de Assis, Historiador*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias da Corte imperial*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 6ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRUZ, Ronaldo Lima da. Da escravidão para o trabalho livre: abolição do cativo e o destino dos libertos no sul da Bahia. In: CARVALHO, Philipe Murillo Santana de; Sousa, Erahsto Felício de. *Entre o fruto e o ouro: escritos de história social do sul da Bahia*. 1ª ed., Ilhéus: Mondrongo, 2014, p.25-56.

DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudas)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Tradução Antonio Penhalves Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FILHO, Carlos Pereira. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Editorial Andes LTDA, 1959.

FRAGA, Walter. O cotidiano movediço do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.155-172.

_____. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1564-1940*. 1ª ed., Ilhéus: Editus, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 249-279.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pelo Inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas José Paulo Paes. 6ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio. “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889). In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. 1ª ed., São Paulo: Selo Negro, 2011, p.15-43.

GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *Mundos do Trabalho*, v.13, Florianópolis, 2021. p.1-21.

HALE, Mr. Sarah J. *Liberia: or, Mr. Peyton's Experiments*. New York: Harper & Brothers, Publishers, 1853.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. 1ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*. Rio de Janeiro: v.6, n.11, p.289-326, 2005.

- MAHONY, Mary Ann. *Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Afro-Ásia*. Salvador: n. 25-26, p.95-139, 2001.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 1ª ed., São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- MATTOS, Hebe Maria da Costa. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. 1ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes Pires. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. 1ª ed., São Paulo: Annablume, 2009.
- POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). *ESTUDOS HISTÓRICOS*, Rio de Janeiro, vol.32, n.66, jan./abr., 2019, p.311-321.
- _____. Todas as liberdades são irmãs: os caxeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *ESTUDOS HISTÓRICOS*, Rio de Janeiro, v. 29, n.59, set./dez., 2016, p.647-666.
- REIS, João José. *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. *Rebelião escrava na Bahia: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RODRIGUES, Carlos Roberto. *Banco da Vitória: A história esquecida das margens vitoriosas do Rio Cachoeira*. 2ª ed. Itabuna-Ba: Mondrongo, 2017.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. 1ª reimp., Campinas-SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000.
- SANTANA, Clássio Santos. Uma linha estreita: cor, escravidão e liberdade no Recôncavo Baiano das últimas décadas do século XIX. In: PIRES, Maria de Fátima Novaes; SANTANA, Napoliana Pereira; SANTOS, Paulo Henrique Duque (orgs.). *Bahia: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas: estudos interdisciplinares*. 1ª ed., Salvador: EDUFBA, 2018, p.69-85.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Mônica Lima e. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830-1850*. Tese (Doutorado em História), 271 f. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói- RJ, 2008.
- WILLIAMS, Daryle. Remindo Cã mais uma vez: Modesto Broco, redenção de Cã e o fim da escravidão no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.173-194.

Sobre o autor:

Victor Santos Santos Gonçalves: Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduiu-se pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atua especialmente nos seguintes temas: Escravidão no século XIX, família escrava e abolição.

Artigo recebido para publicação em: 19 de janeiro de 2022.

Artigo aprovado para publicação em: 08 de abril de 2022.

Como citar:

GONÇALVES, Victor Santos Santos. A família Steiger: digressões ou reminiscências escravistas no pós-abolição? (Bahia, 1860-1890). *Revista Transversos*. Dossiê: Escravidão e liberdade no Brasil Independente. Rio de Janeiro, n.º. 24, 2022. pp. 143-166. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64765>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.64765

